



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SCARMANHÃ, Bruna de Oliveira da Silva Guesso;¹

AMBRIZZI, Angelo Francisco Barrionuevo;²

DANTAS, Lucas Emanuel Ricci Dantas.³

Atualmente uma das maiores preocupações mundiais diz respeito à proteção de dados, se por um lado a globalização trouxe um estreitamento nas relações econômicas, com o avanço da internet o mesmo ocorreu na troca de informações a nível mundial.

Ocorre que, ao trocar informações muitos dos usuários não só compartilham informações, como dados pessoais, que necessitam de proteção. Um exemplo, se dá nas compras virtuais, por muitos anos no Brasil as empresas coletaram dados de seus clientes sem dispensar um tratamento adequado e seguro dos mesmos.

Em 2019 entrou em vigor no Brasil a Lei de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, visando a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade. Tal ferramenta legal, objetiva principalmente a compelir todo aquele que de alguma forma colete dados de terceiros a respeitar limites, a fim de que dados pessoais estejam protegidos de forma eficaz.

¹ Docente da graduação do curso de Direito da FAEF - Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. E-mail: bruna.guesso@gmail.com.

² Docente da graduação do curso de Direito da FAEF – Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. E-mail: angelo@marcosmartins.adv.br

³ Doutor em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2018 - 2021). Advogado. Pesquisador na área de Direitos Humanos com ênfase em inclusão da pessoa com deficiência, políticas públicas e educação para direitos humanos. E-mail: lucas@lucasdantas.com

**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA NO
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.**

Por muitos anos, os usuários digitais tiveram seus direitos violados sem nem ao menos saberem, tendo seus dados compartilhados com outras empresas, o que gerava vários infortúnios como o recebimento de ligações reiteradas com ofertas de produtos.

Assim, a lei ainda tem um longo caminho a percorrer para sua eficácia comprovada, mas já trouxe alguns resultados positivos sobre a necessidade de consentimento no uso de cookies, na grande maioria dos sites por exemplo.

**A Revista Científica Eletrônica de Direito é uma publicação semestral da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF e da Editora FAEF, mantidas pela Sociedade Cultural e Educacional de Garça.
Rod. Cmte. João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça km 1, CEP 17400-000 / Tel. (14) 3407-8000.
www.faeff.br – www.faeff.revista.inf.br – direito@faeff.br**